

# Linguística Aplicada: uma breve introdução a algumas áreas de atuação

## *Applied Linguistics: a brief introduction to some areas of practice*

### **Carlos Vinícius Silva**

Aluno do curso de Letras da Universidade Federal de Lavras (UFLA).  
E-mail: carlos.silva2@letras.ufla.br

### **Gisela Márcia Miarelli Pardini**

Aluna do curso de Letras da Universidade Federal de Lavras (UFLA).  
E-mail: gisela.pardini@letras.ufla.br

---

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma breve conceituação comparativa sobre Linguística Aplicada (LA), seguida por pequenos resumos de algumas de suas principais áreas de atuação – Estilística Literária, Análise Crítica do Discurso, Tradução, Lexicografia, Planejamento Linguístico, Linguística Forense, Ensino de Língua Estrangeira e Aquisição da Linguagem. O texto procura apresentar caráter bastante objetivo, pois seu propósito é servir de material para um primeiro contato entre novos estudantes da área e a disciplina.

**Palavras-chave:** Linguística Aplicada. Breve introdução. Áreas de atuação.

**Abstract:** This article presents a brief comparative conceptualization about Applied Linguistics (AL), followed by short summaries of some of its main areas of practice - Literary Stylistics, Critical Discourse Analysis, Translation, Lexicography, Linguistic Planning, Forensic Linguistics, Foreign Language Teaching and Language Acquisition. The text aims to present a rather objective character, since its purpose is to suit as a material for a first contact between new students of the area and the discipline.

**Keywords:** Applied Linguistics. Brief introduction. Areas of practice.

---

## **1 Introdução**

A Linguística Aplicada (LA) é uma disciplina relativamente jovem que tem como propósito a solução de problemas relacionados às situações reais de uso da língua, sendo, portanto, um campo de incontáveis possibilidades. Os estudos nessa disciplina vêm crescendo bastante nas últimas décadas e seus resultados têm acompanhado esse crescimento, tanto em quantidade quanto em complexidade.

Entretanto, podemos observar que, apesar de encontrarmos uma quantidade satisfatória de material para pesquisas aprofundadas em LA, temos muita dificuldade para obter textos básicos para um primeiro contato com a disciplina. O objetivo do presente texto é justamente fornecer tal material, possibilitando que o leitor, primeiro, tenha uma noção do funcionamento da disciplina como um todo e, em seguida, de algumas de suas principais áreas de estudo. Para isso, procuramos apresentar de forma objetiva informações encontradas em artigos e livros relacionados ao tema, respeitando sua complexidade.

## 2 *Linguística Aplicada*

A Linguística Aplicada, devido à sua grande diversidade de conceitos aceitos, é motivo de enormes discussões no meio acadêmico. Podemos exemplificar dois pontos de vista completamente distintos, contudo, não faz parte das pretensões do texto estabelecer comparações ou conflitos exteriores ao objetivo principal já citado anteriormente. Portanto, por motivos puramente metodológicos, faz-se importante apresentarmos uma visão antiga de Gomes de Matos, explicada por Almeida Filho, da importância da Linguística Aplicada, e, em seguida, outra mais atual, que será utilizada para um maior desenvolvimento deste trabalho.

Como aplicação da Linguística, visando à construção de uma Teoria de Ensino de Língua, há exemplos abundantes no exterior e dentro do Brasil. Nesse paradigma, Gomes de Matos (1980) afirma que a LA tem como objetivo a aplicação de princípios, técnicas e resultados das investigações teóricas sobre as línguas para a solução de problemas educacionais e sócio-culturais. (ALMEIDA FILHO, 1990, p. 1)

Agora, o que cabe aqui é tomarmos por base uma conceituação pós-moderna amplamente aceita, explicada por Márcio Luiz Corrêa Vilaça, professor permanente do mestrado em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO, e desenvolvê-la de modo didático e elucidativo.

Vilaça (2010) sintetiza muito bem, no seu texto “Pesquisas em Linguística Aplicada: Domínios, Perspectivas e Metodologias”, uma das concepções de Linguística Aplicada mais aceitas na atualidade:

a Linguística Aplicada é uma ciência social de estudos de linguagem de caráter interdisciplinar (MOITA LOPES, 1996) que focaliza questões de uso de linguagem em diferentes contextos e com diferentes propósitos comunicativos e interacionais (PILAR & ROCA, 2009). Apesar de sua importância e de suas contribuições sociais e educacionais (LEFFA, 2001), a disciplina ainda é pouco compreendida. A Linguística Aplicada tem em sua primeira fase de estabelecimento relação mais objetiva com pesquisas em ensino/aprendizagem de línguas, especialmente estrangeiras, e tradução (MOITA LOPES, 1996; TRASK, 2004; MENEZES, SILVA & GOMES, 2009). Hoje, no entanto, a ciência aborda uma grande diversidade de temas que incluem, ensino/aprendizagem de línguas, tradução e interpretação, análise do discurso, formação de professores, letramento, comunicação profissional, EaD e Mídia. (VILAÇA, 2010, [s.p.])

Analisando a concepção apresentada por Vilaça, moldada a partir de um compilado de visões de outros estudiosos conhecidos, podemos observar que a Linguística Aplicada, como ciência aplicada, ao contrário do senso comum constantemente difundido por conta de uma tendência inicial antiquada, não consiste, atualmente, na aplicação prática de conceitos estudados na Linguística Teórica – apesar de não desprezar em momento algum a importância das contribuições efetivadas por

esta – mas sim na compreensão da linguagem como prática social, adentrando processos de análise dos problemas concretos de uso da linguagem. Com isso, podemos observar o claro caráter interdisciplinar da Linguística Aplicada e suas áreas de pesquisa de forma mais individual, ao percebermos que ela se relaciona diretamente com outros campos de estudo como a Psicologia Cognitiva, a Pedagogia, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia e, até mesmo, com a própria Linguística Teórica Tradicional.

Apresentadas ambas as visões, fica evidente que a concepção de Gomes de Matos não se trata da Linguística Aplicada, mas sim da aplicação da Linguística, o que ainda hoje é confundido dentro da academia por aqueles que não aceitam a disciplina como ciência independente. Já a visão apresentada por Vilaça, mais moderna, distingue-se por se tratar de uma aplicação da Linguística Aplicada, considerando os conceitos e métodos da disciplina como fundamentos de uma ciência distinta da Linguística Teórica, dando o merecido valor a essa área de pesquisa.

Esclarecido o conflito citado e admitindo que a concepção compilada apresentada por Vilaça é mais completa e, portanto, deve ser mais aceita, é válido comentar que os estudos feitos por intermédio da Linguística Aplicada, como ciência distinta, podem ser artificialmente divididos em três campos bastante abrangentes: Informação e Efeitos, contemplando assuntos como a Estilística Literária, a Análise Crítica do Discurso, a Tradução e a Lexicografia; Trabalho e Leis, que abrange, por exemplo, o Planejamento Linguístico e a Linguística Forense; e Educação, sendo este último o responsável por contemplar, entre outras áreas, o Ensino de Línguas Estrangeiras e a Aquisição da Linguagem.

Após essa breve introdução à LA num contexto geral, cabe adentrar individualmente algumas das principais áreas desse vasto campo de estudo – áreas estas já citadas no parágrafo anterior.

### 2.1 *Estilística Literária*

A Estilística, num contexto geral, é, segundo Bechara (2009, p. 615), “a parte dos estudos da linguagem que se preocupa com o estilo”. Mas, para que o conceito seja plenamente compreendido, é necessário que entendamos o que é estilo. Segundo Mattoso Câmara (*apud* BECHARA, 2009, p. 615), “o estilo, que é a solução para se fazer a língua da representação intelectual servir às funções não intelectivas da manifestação psíquica e do apelo, é naturalmente levado a ‘deformar’ os fatos gramaticais quando por eles aquelas funções não poderiam figurar”, ou seja, é o instrumento que permite maior expressividade emocional, mesmo que à custa de determinadas imposições gramaticais tradicionais.

Um ponto importante aqui, mediante as conceituações apresentadas, é a necessidade de cuidado para que não se confunda a Estilística com a Gramática, sendo, a primeira, responsável pelo estudo da língua afetiva e, a segunda, da língua intelectual. Uma não é negação da outra – são, inclusive, complementares no estudo dos processos de exteriorização do pensamento humano – mas baralhá-las leva ao risco de confundir seus objetos de estudo.

No caso especial da Estilística Literária (EL) não é muito diferente, o estudo estilístico simplesmente toma um caminho mais restrito, o dos gêneros literários, em

que a evidenciação do estilo não se faz apenas bem-vinda, mas necessária para a construção da literariedade. A EL é responsável pela identificação e pelas análises de efeitos e aplicações dos traços estilísticos, descritos por Bechara (2009, p. 616) como “conjunto de particularidades do sistema expressivo para eficácia estética”, particularidades estas que podem ter caráter morfológico, sintático, semântico e até fônico, de modo que recursos gráficos sejam usados para expressar diferentes entonações.

Uma ressalva deve ser feita no que se refere aos recursos lexicais como traços estilísticos. Holanda Cavalcanti (2012, p. 340) diz, em *A Herança de Apolo*, que não é correto falar sobre um vocabulário poético. Ele afirma: “nenhuma palavra é poética por si mesma. Tudo depende de como é usada semântica e prosodicamente”. Apesar de o autor, nesse trecho, se referir às análises literárias de, especificamente, poesias – tema fundamental da obra – podemos perceber que a máxima vale para todo o campo literário, de forma que o uso de uma bagagem lexical anômala não levará necessariamente a efeitos anômalos; o efeito causado pela escolha de vocábulo é dependente do modo em que este é usado.

## 2.2 *Análise Crítica do Discurso*

Antes de qualquer outra coisa, é importante salientar a diferença entre a simples Análise de Textos e a Análise Crítica do Discurso (ACD), sendo aquela a pura análise daquilo que está evidente no texto, ou seja, da mensagem explícita que o autor deseja passar; já esta, além de assumir as funções da Análise de Textos, é a busca aprofundada e cuidadosa por elementos ideológicos implícitos – ou nem tão implícitos assim – presentes no mesmo texto. Essa confusão é muito bem esclarecida e resumida por Misoczky (2005, p. 2):

a análise de textos é apenas um dos vários recursos que ajudam a compreender processos sociais, dirigindo-se para a análise de como os atores produzem ou tecem textos através de relações entre seus elementos. A abordagem crítica do discurso, por sua vez, se caracteriza pela consideração das relações entre linguagem e sociedade, de modo a compreender as relações entre discurso, poder, dominação e desigualdades sociais.

Nas palavras de Misoczky, podemos perceber a clara função social e ideológica da Análise Crítica do Discurso, visto que esta se apresenta como área de estudos críticos da linguagem como prática social. Desse modo, podemos, a partir da ACD, observar a disputa de poder presente nos discursos, identificando, portanto, recursos implícitos e explícitos de dominação. Explicando essa ideia, temos as palavras de Wodak (2003, *apud* PEDROSA, [s.d.], p. 1):

[...] a ACD trata de evitar o postulado de uma simples relação determinista entre os textos e o social. Tendo em consideração as intuições de que o discurso se estrutura por dominação, de que todo discurso é um objeto historicamente produzido e interpretado, isto é, que se acha situado no tempo e no espaço, e de que as estruturas de dominação estão legitimadas pela ideologia de grupos

poderosos, o complexo enfoque que defendem os proponentes [...] da ACD permite analisar as pressões provenientes de cima e as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder que aparecem em forma de convenções sociais.

Em resumo, a ACD é a área do saber que se ocupa da análise aprofundada dos textos e da sua relação de poderio com o social, ou seja, da identificação e análise de mensagens ideológicas, que são objetos essenciais das disputas de poder, presentes nos discursos.

### 2.3 Tradução

A Tradução, é claro, está diretamente relacionada ao Ensino de Língua Estrangeira, mas isso é algo independente da LA – tanto que a precede. Entretanto, a função dos estudos atuais sobre Tradução é, fundamentalmente, a de buscar manter o máximo de características elementares do texto, e não apenas de obter uma conversão idiomática básica.

Reconhecendo a função citada anteriormente, percebemos o porquê de o puro domínio dos idiomas envolvidos na tradução não ser suficiente para que o trabalho resulte em um produto final satisfatório.

A questão torna-se ainda mais evidente quando pensamos em literatura. O tradutor deve procurar, além de adaptar parâmetros gramaticais e semânticos, manter o efeito estético da obra original, o que vem há séculos gerando problemas de resolução complicada. Para Corrêa (1999, *apud* CAVALCANTI, 2012, p. 266), “coisa nenhuma, ligada à harmonizada pelas musas, se pode transmudar de sua língua em outra sem romper toda a sua doçura e harmonia”<sup>1</sup>. Langer (1951, *apud* CAVALCANTI, 2012, p. 268), apesar de não manifestar discordância absoluta do pensamento de Dante, apresenta um ponto de vista mais otimista quanto à Tradução literária:

o material da poesia é discursivo, mas o produto, o fenômeno artístico, não. Seu significado é implícito no poema como uma totalidade, como forma composta de som e sugestão, afirmação e reticência, e nenhuma tradução pode reencarnar isso. A poesia [contida no poema, é claro], no entanto, pode ser aproximada em outras línguas e permitir o surgimento surpreendente de belas versões, revelando novas possibilidades derivadas de seu esqueleto literal e seus recursos retóricos, mas o produto é novo, como a orquestração de uma fuga para órgão, ou a versão para piano de um quarteto, ou a fotografia de uma pintura.

Visões como as de Corrêa e de Langer podem – e devem – ser levadas em consideração pelo profissional que se ocupa de estudos sobre a Tradução; não só com relação à literatura, mas em todo tipo de tradução.

Além do supracitado, há ainda um problema relacionado à teoria do valor, de Saussure (1916). Dois vocábulos proporcionais de idiomas diferentes não deixam de ser

---

<sup>1</sup> Convívio, Trattato Primo, VI.

distintos por conta da relativa proporção. Desse modo, até mesmo o léxico torna-se uma barreira difícil de ser contornada – já que a total superação de tal barreira é absolutamente impossível. Esse detalhe oferece ainda mais desafios para o profissional, dando uma importância ainda maior aos estudos na área.

#### 2.4 *Lexicografia*

A Lexicografia é, segundo o Dicionário do Aurélio, o “ramo da linguística que se dedica ao estudo do desenvolvimento, da composição, do uso e da avaliação de dicionários”. Uma explicação mais aprofundada é dada pelo portal Infopédia, da Porto Editora: “Ramo da lexicologia, uma das disciplinas da linguística, que se dedica à construção de dicionários, o que inclui análise dos já existentes, o estudo de metodologias e princípios teóricos para a sua elaboração e estruturação, e o debate dos principais problemas teórico-práticos subjacentes à sua produção”.

São muitas as linhas de investigação da Lexicografia, mas, de acordo com o Infopédia<sup>2</sup>, são quatro as principais:

- A tipologia dos dicionários de todos os tipos;
- A história da lexicografia e dos dicionários;
- A crítica lexicográfica aos dicionários que existem no mercado;
- A investigação sobre o uso dos vários tipos de dicionários existentes, a par de uma sondagem acerca das necessidades dos utentes.

Os estudos na área têm como principal objetivo a superação temporária de obstáculos de solução permanente impossível. Alguns dos principais obstáculos são pontuados pelo portal da editora portuguesa:

- A seleção do tipo de dicionário em função dos objetivos editoriais e das necessidades do público utente;
- Definição das unidades lexicográficas;
- Problemática do tratamento de expressões fixas e idiomáticas;
- Tipo de informação que deve conter um dicionário;
- Critérios de inclusão das entradas num dicionário;
- Problemática de informação gramatical a incluir no dicionário;
- Problemática da construção da definição num dicionário monolíngue;
- Problemática da escolha das variantes linguísticas a incluir no dicionário.

Apesar da antiguidade prática da lexicografia, seus estudos como ciência tiveram início na década de 60 – com Householder e Sarpota (1962) e com Quemada (1968) – tendo uma explosão a partir da década de 80, consolidando-se como nova disciplina. Recentemente, surgiu ainda a Lexicografia Computacional, que, com o auxílio da constante evolução das tecnologias, procura proporcionar uma busca

---

<sup>2</sup> *lexicografia* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-09-01 14:16:41]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/98200>

facilitada do léxico no dicionário, a par da associação de recursos audiovisuais muito didáticos.

### 2.5 *Planejamento Linguístico*

O termo *language planning*, ou planejamento linguístico (PPL), foi proposto em 1959 por Einar Haugen para designar “a elaboração de uma ortografia normativa, de uma gramática e de um dicionário para guiar o uso escrito e oral numa comunidade linguística não homogênea” (HAUGEN, 1968 [1959], 673, *apud* MAURAI, 1987, p. 5-46), ou seja, surge como uma tentativa de moldar a evolução de uma língua.

Outros dois termos são usados para designar o PPL: *planification linguistique* (CORBEIL, 1980, *apud* MAURAI, 1987) e *normalisation linguistique* (ARACIL, 1965). Entretanto, salvo seus modos de aplicação, distintos entre os três autores, não há diferenças significativas entre os conceitos. Para Haugen (1987, *apud* MAURAI, 1987, p. 1), de forma mais completa,

esses três termos se aplicam aos modos de intervenção oficiais sobre a língua que visam a promoção linguística, sociolinguística, sociocultural ou socioeconômica de uma língua ou de várias línguas ou ainda de uma variedade linguística de cada uma das línguas que são objeto do planejamento linguístico num dado território, promoção esta realizada por intermédio de um ou vários organismos dotados de um mandato oficial tanto para a execução das políticas linguísticas (no sentido amplo) que decorrem deste tipo de intervenção quanto para a avaliação destas políticas.

Avaliando a concepção apresentada, não temos dificuldades em perceber que o PPL tem por objetivo regular problemas criados pela presença de mais de uma língua ou variante linguística em uma mesma unidade territorial, sendo, portanto, um dos elementos mais importantes de qualquer ideia de política linguística. Entretanto, é claro que tal planejamento pode ser – e muitas vezes o é – usado para a satisfação de interesses privados, visto que a língua manifesta-se como importante instrumento de poder.

### 2.6 *Linguística Forense*

A Linguística Forense é, como resume Azzariti (2015, [s.p.]), fonoaudióloga e colunista do Carta Capital,

um ramo da linguística aplicada que se dedica ao contexto investigativo. Chamadas de emergência, pedidos de resgate, comunicações de ameaça, bilhetes de suicídio, cartas anônimas e verificação de plágio são alguns exemplos de atuação do linguista forense. A linguagem de textos jurídicos como: testamentos, sentenças e estatutos, também é objeto de estudo.

Ou, de forma ainda mais abrangente, produto da conversação interdisciplinar entre Direito e Linguística – essencialmente – e diversas áreas do conhecimento, por

exemplo, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Comunicação e Ética; resultando em uma das áreas fundamentais das Ciências Forenses.

A Linguística Forense atua em diversas áreas, mas, segundo Caldas-Coulthard (2014, p. 2), seu desenvolvimento ocorre, principalmente, em três delas: Linguagem e Direito, área que analisa “a linguagem legal e suas características peculiares, ou, por exemplo, [...] o exame de documentos expedidos durante os trabalhos do Mensalão no Supremo Tribunal Federal do Brasil”, tendo como enfoque principal a linguagem escrita; Interação em Contextos Forenses, em que especialistas forenses analisam a linguagem oral das interações jurídicas; e A Linguagem Como Evidência, caracterizada por avaliar evidências ou provas de dimensão linguística, sejam de ordem fonética, léxico-gramatical ou pragmática.

Assim, apesar de a disciplina ser ainda muito jovem, haja vista sua origem no final dos anos 80, já se apresenta como importante ferramenta para os campos das ciências jurídicas e forenses.

## 2.7 *Ensino de Língua Estrangeira*

Decorrente da antiga necessidade de comunicação com povos falantes de outras línguas, o homem tem, historicamente, a necessidade de aprender um idioma estrangeiro por muitas razões – comerciais, sociais, econômicas, diplomáticas ou militares – e diferentes metodologias têm sido usadas desde a antiguidade.

Abordaremos brevemente estes modelos metodológicos:

### 2.7.1 A Metodologia Tradicional (MT)

Primeira e mais antiga metodologia de ensino de grego e latim e outras línguas clássicas, perdurou até o início do século XX e seu objetivo era o domínio da gramática normativa. A proposta era a tradução e a versão como bases de compreensão do idioma em estudo, e a memorização de regras e exemplos com o propósito de dominar a morfologia e a sintaxe (ibid). Exigia-se, também, a memorização de vocabulário, fazendo do dicionário e do livro de gramática materiais indispensáveis, conforme mostra Martins-Cestaro ([s.d.], p. 1),

os alunos recebiam e elaboravam listas exaustivas de vocabulário. As atividades propostas tratavam de exercícios de aplicação das regras de gramática, ditados, tradução e versão. A relação professor/aluno era vertical, ou seja, ele representava a autoridade no grupo/classe, pois detinha o saber. Pouca iniciativa era atribuída ao aluno; a interação professor/aluno era praticamente inexistente. O controle da aprendizagem era, geralmente, rígido e não era permitido errar.

### 2.7.2 A Metodologia Direta (MD)

A metodologia Direta surgiu contrapondo-se à metodologia Tradicional, pois havia novos anseios sociais e sua proposta era a total exclusão da língua materna em



sala de aula. Os significados eram transmitidos pelo contato direto com a língua em estudo, por meio de gestos, figuras, simulações etc., sem intervenção da tradução, dando ênfase à oralidade e aos exercícios de conversação, seguindo modelos propostos.

O professor continuava no centro do processo ensino - aprendizagem. Ele era o guia, o “ator principal” e o “diretor de cena”. Não se dava ao aluno nenhuma autonomia, nem se procurava trabalhar em pequenos grupos. Era o professor que servia de modelo linguístico ao aprendiz. Não havia praticamente nenhuma interação entre os aprendizes; no entanto, eles até podiam conversar entre si, através de jogos de pergunta e resposta. (MARTINS-CESTARO, 1997, p. 1)

### 2.7.3 A Metodologia Áudio-Oral (MAO) ou Audiolingual

Tinha como princípio básico que a língua é **fala**, e não escrita. Era baseada nos princípios da psicologia da aprendizagem: da psicologia behaviorista (de Skinner) e da linguística distribucional (de Bloomfield), então dominante nos Estados Unidos (MARTINS-CESTARO, [s.d.]).

A gramática não era ensinada por regras, mas por modelos e exemplos, e havia preocupação para que os alunos não cometessem erros. O professor continuava no centro do processo ensino-aprendizagem. Essa abordagem estrutural criava automatismos e o aluno repetia mecanicamente as estruturas a fim de memorizá-las, mas era incapaz de exercer criatividade num contexto de fala. A maior crítica feita à MAO foi a de que ela formava um processo cansativo e, conseqüentemente, desmotivador, pois a utilização dos modelos raramente levava a uma reutilização espontânea da fala. “Estudos demonstraram que, a longo prazo, no que diz respeito à compreensão oral dos alunos, os resultados não eram significativamente superiores aos das metodologias anteriores” (PUREN, 1988; GERMAIN, 1993, *apud* MARTINS-CESTARO, [s.d.], p. 1).

### 2.7.4 A Metodologia Audiovisual (MAV)

É um prolongamento da metodologia Direta. Nos anos 60, essa metodologia funcionava sob influência dos recursos áudio-orais mecanizados. Na década de 70, surge um esforço para corrigir e/ou adaptar-se aos contextos escolares no ensino de língua estrangeira, mas ainda com o aluno desempenhando um papel submisso ao professor e ao método. A MAV privilegiava a função denotativa ou referencial da linguagem em detrimento das funções fática, emotiva e conativa.

Nos anos 80, chamados a terceira geração da MAV, tenta-se integrar às novas tendências didáticas nocionais-funcionais e comunicativas e corta-se o excesso de imagens utilizadas nas décadas anteriores, fazendo com que a imagem apresentada seja uma “provocadora verbal”, e não várias imagens constituindo um facilitador semântico.

Os cursos audiovisuais de terceira geração procuraram integrar a pragmática utilizando as noções de atos de fala como modo de classificação das formas linguísticas, [...]. A noção de atos de fala (Searle e Austin) corresponde à ação desempenhada pela fala e o seu funcionamento pragmático: exprimir um desejo, desculpar-se, pedir permissão, etc. (MARTINS-CESTARO, [s.d.], p. 1)

Aqui, a relação professor-aluno é mais interativa e o objetivo do aluno é alcançar competência linguística e comunicativa. A MAV de terceira geração aproxima-se muito da Metodologia Comunicativa, a qual abordaremos a seguir.

### 2.7.5 A Metodologia Comunicativa (MC)

Enquanto nos Estados Unidos ainda privilegiava-se uma metodologia estruturalista (Bloomfield) e gerativa-transformacional (Chomsky), na Europa, os linguistas se preocupavam com o estudo do discurso e o domínio de uma competência linguística.

Hymes (1991, *apud* MARTINS-CESTARO, [s.d.]) afirma que os membros de uma comunidade linguística possuem uma dupla competência: um saber linguístico e um saber sociolinguístico, ou seja, um conhecimento conjugado das formas gramaticais e das normas de uso. Com a língua materna, esse fenômeno ocorre implícita e simultaneamente, mas, para a aprendizagem de uma língua estrangeira, os estudos de Hymes foram aplicados em didática.

Para uma comunicação eficiente em qualquer idioma, faz-se necessário utilizar devidamente as aplicações linguísticas dentro do contexto sociolinguístico, respeitando as intenções e situações de comunicação.

Canale e Swain *apud* Germain (1993) afirmam que uma competência de comunicação compreende uma competência gramatical, uma competência sociolinguística e uma competência estratégica. Para Sophie Moirand (1982) a competência comunicativa pressupõe a combinação de vários componentes: linguístico, discursivo, referencial e sócio-cultural. (MARTINS-CESTARO, [s.d.], p. 1)

Acompanhando essas mudanças metodológicas, a MC surgiu como uma metodologia interativa entre aluno e professor. O aluno passou a fazer parte de seu próprio aprendizado e as estratégias utilizadas passaram a ser as mais variadas e eficientes no sentido de se produzir enunciados comunicativos. O aluno é levado a descobrir as regras de funcionamento da língua, refletindo e elaborando hipóteses, com mais autonomia, e os erros são vistos como fatores naturais de aprendizagem.

## 2.8 Aquisição da Linguagem

Embora toda língua natural seja grandemente complexa, todas as crianças nascem com habilidade para aprender pelo menos uma língua, oral ou manualmente (linguagem de sinais). O processo acontece espontaneamente durante suas relações sociais. Essa naturalidade e complexidade comprometem algumas tentativas teóricas

de explicar exatamente como ocorre o processo de aquisição da linguagem, enquanto outros estudos sugerem que parte do conhecimento linguístico é geneticamente determinado.

Algumas propriedades do processo de aquisição da fala tentam explicar como ocorre essa aquisição, em diferentes aspectos e estágios, de acordo com Grolla (2006):

- a Universalidade – o processo de aquisição é o mesmo em qualquer língua.
- a Uniformidade – uma mesma língua é aprendida numa comunidade.
- o *Input* – em comunidades falantes de mais de uma língua, as crianças aprendem todas essas línguas.
- a rapidez – a complexidade de uma língua é aprendida até os quatro anos de idade.
- a sequência de estágios – as crianças passam por um padrão quase idêntico de estágios e seguem a mesma ordem de avanço dos estágios.

Essas propriedades são postas em dúvida por alguns aspectos que as teorias intuitivas ainda não foram capazes de explicar: se considerarmos, por exemplo, que as crianças adquirem linguagem a partir de um processo de tentativas e erros e que recebem *inputs* diferentes, já seria difícil dizer que elas seguem o mesmo padrão e ordem de estágios de aprendizagem, afinal, não podemos também desprezar as variações individuais. Da mesma forma, os adultos corrigem as crianças, mas à medida que elas compreendem as estruturas da língua, elas criam independentemente suas sentenças sem necessariamente tê-las ouvido antes ou aprendido com as correções dos adultos.

Outra hipótese problemática é a de que as crianças aprendem linguagem imitando os adultos (teoria *behaviorista*). Segundo Newport, Gleitman e Gleitman (1977, *apud* GROLLA, 2006), os adultos se dirigem às crianças na maior parte das vezes com ordens e perguntas, enquanto as crianças usam, em sua maioria, declarativas. Dentro das oposições teóricas, Grolla (2006, p. 13) afirma que “as crianças adquirem linguagem independentemente da qualidade interativa e independentemente da cultura. Basta que sejam expostas a uma língua e elas irão adquiri-la”.

No entanto, se hipóteses como tentativa e erro, correção dos adultos, imitação ou simplificação da linguagem pelos adultos não são capazes de explicar como as crianças adquirem uma língua, como então podemos explicar esse processo?

Há uma teoria que propõe que as crianças possuem um conhecimento linguístico inato que as conduz no processo de aquisição de uma língua. Em outras palavras, as crianças já nascem “equipadas” com vários aspectos das línguas humanas, que são geneticamente determinados.

Em um estudo de Brown (1973, *apud* GROLLA, 2006), os seguintes dados teóricos cognitivos e *behavioristas* foram obtidos de forma espontânea: nos primeiros meses de vida, a criança chora e apenas emite sons sem significado. Por volta dos seis meses, a criança balbucia sílabas como *ba* e *bi*. Com um ano, a criança começa a nomear objetos em seu ambiente, como “mamãe”, “papai”, “auau”. Aos dois anos, já produz sentenças simples. Aos três, começa a usar artigos e pronomes. Apresenta “erros”, como as formas de passado *eu fazi* e *eu trazi*, detecta regularidades em seu *input* e

produz formas novas que ela nunca ouviu antes. Entre três e quatro anos, a criança começa a usar orações relativas e coordenadas. Dos quatro aos cinco anos, ela já usa orações subordinadas com termos temporais, tais como “antes” e “depois”, pois já adquiriu a grande maioria das construções encontradas em sua língua materna. Apesar de seu *input* ser constituído por um número finito de sentenças, a criança é capaz de produzir um número infinito delas.

Embora a teoria supracitada seja elaborada com base em estudos bastante profundos em áreas relacionadas à Linguística e à Psicologia, podemos ver claramente que ela despreza variáveis muito importantes, como a influência das situações sociocomunicativas em que a criança é naturalmente levada a ressignificar significantes presentes nos enunciados.

Confirmando isso, a linha teórica Interacionista aponta que a aquisição da linguagem se faz com foco no “outro”. Esse “outro” não necessariamente como indivíduo, mas “como uma instância de funcionamento da língua” (ALMEIDA MORAIS, 2001, p. 45). O erro, e não o acerto, é apontado como base para uma ressignificação; o ponto de partida para a aquisição linguística. Essa teoria não desconsidera o fator do diálogo como efeito linguístico-discursivo do adulto sobre a criança, mas também considera que os significantes da criança e do adulto sofrem uma ressignificação dentro do enunciado da criança. A criança não é só interpretada pelo adulto, ela também tem seu papel de intérprete da linguagem e, mais do que corrigir sua própria fala, ela vai ressignificá-la.

Durante o processo de aquisição, a fala da criança é composta por fragmentos da fala do adulto, dependente da interpretação deste (ALMEIDA MORAIS, 2001).

De Lemos (1992, p. 28, *apud* ALMEIDA MORAIS, 2001, p. 57) coloca:

a interação com o outro é mesmo condição necessária. É somente a partir da interação com o outro que se abre a possibilidade de interpretação, a possibilidade de doar sentido à fala ainda dispersa da criança. É a partir da interpretação do outro que a aquisição da linguagem pode ser viabilizada.

Lier e Arantes (1998, p. 2, *apud* ALMEIDA MORAIS, 2001, p. 57) definem a interação e a interpretação como determinantes:

[...] ou seja, como força fundante do sujeito e da linguagem, uma vez que o outro em sua relação com a fala da criança ocupa necessariamente lugar central. Ou seja, supor a interação como matriz ou espaço de estruturação da linguagem traz em si a exigência teórica de se pesquisar qual o papel/força estruturante da interpretação. Quer dizer, traz a exigência de esclarecimento sobre como um já falante intervém na aquisição da linguagem da criança.

### 3 Considerações finais

Procuramos apresentar neste trabalho o conceito atual e as funções da Linguística Aplicada e, em seguida, abordar os aspectos fundamentais de algumas das suas principais áreas de estudo. Propusemo-nos com esse texto a apresentar um conteúdo compacto e objetivo, de modo que o resultado sirva de material para um

primeiro contato entre aqueles que se iniciam na área e a disciplina. Para atingir tal objetivo, procuramos adentrar apenas os pontos basais de cada tema abordado, dando caráter puramente introdutório ao trabalho.

### Referências

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Maneiras de compreender Linguística Aplicada*. 1990. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/11407/6882>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ALMEIDA MORAIS, Cláudia Angélica Leme de. *Estudo dos Efeitos Linguístico-discursivos na interação criança-criança: suas implicações na Fonoaudiologia*. São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/linguagemesubjetividade/PDF/09\\_08\\_2010\\_claudiangelica.pdf](http://www.pucsp.br/linguagemesubjetividade/PDF/09_08_2010_claudiangelica.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- AZZARITI, Mônica. O papel da linguística forense em uma investigação. *Carta Capital*. 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/07/30/o-papel-da-linguistica-forense-em-uma-investigacao/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009, p. 615-620.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. ReVEL na Escola: O que é a Linguística Forense? ReVEL, vol. 12, n. 23, 2014. [www.revel.inf.br] *Dicionário do Aurélio Online*. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/lexicografia>>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- GROLLA, Elaine. *A Aquisição da Linguagem*. 2006. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/egrolla/files/-1/17317/Aquisicao+de+linguagem.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- HOLANDA CAVALCANTI, Geraldo. *A Herança de Apolo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 261-275, 340-343.
- INFOPÉDIA, *lexicografia* in Artigos de apoio [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003 - 2017. [consult. 2017-04-24 16:30:18]. Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$lexicografia](https://www.infopedia.pt/$lexicografia)>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- MARTINS-CESTARO, S. A. *O Ensino de Língua Estrangeira: história e metodologia*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com.br/videtur6/selma.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- MAURAS, J. “L'aménagement linguistique” (org.): *Politique et aménagement linguistique*. Québec/Paris, Conseil de la langue française/Robert, 1987, pp. 5-46. Tradução: Marcos Bagno, novembro de 2005. Disponível em:

<<http://membre.oricom.ca/jamaurais/O%20PLANEJAMENTO%20LING%C3%9C%C3%8DSTICO.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MISOCZKY, Maria Ceci. Análise Crítica do Discurso: uma apresentação. *Gestão.org*. Volume 3, Número 2. 2005. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/57/48>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica do discurso*. [s.d.]. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/analise-critica-do-discursocleide-pedrosa.html>. Acesso em: 20 abr. 2017.

VILAÇA, Márcio Luiz C. Pesquisas em Linguística Aplicada: Domínios, Perspectivas e Metodologias. In: *Almanaque UNIGRANRIO de pesquisa*, ano IV, número 1 – 2010. Desafios Éticos na Pesquisa – ISSN: 1981-5433.